

Sumário

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

Capítulo 1

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE AÇÃO E OMISSÃO	25
--	----

1. A evolução do conceito de ação.....	25
1.1 Considerações iniciais.....	25
1.2 Conceito causal naturalista de ação	26
1.3 Conceito causal – neokantiano de ação	28
1.4 Conceito de ação na escola de Kiel	29
1.5 Conceito final de ação	30
1.6 Conceito negativo de ação	33
1.7 Conceito social de ação	34
1.8 Conceito de ação na atualidade.....	36
1.8.1 Considerações iniciais	36
1.8.2 Conceito de ação de Claus Roxin.....	37
1.8.3 Conceito de ação de Günther Jakobs.....	38
1.8.4 Conceito de ação como agir comunicativo	40
1.8.5 Posição de Jesús-Maria Silva Sánchez sobre o conceito de ação.....	42
2. Evolução do conceito de omissão.....	45
2.1 Considerações iniciais.....	45
2.2 Conceito naturalista de omissão	46
2.3 Conceito neokantiano de omissão	49



2.4	Conceito final de omissão.....	50
2.5	Conceito negativo de omissão.....	51
2.6	Conceito social de omissão.....	52
2.7	Conceito de omissão na atualidade	53
2.7.1	Considerações iniciais	53
2.7.2	Conceito de omissão de Claus Roxin	53
2.7.3	Conceito de omissão de Günther Jakobs	55
2.7.4	Conceito de omissão como agir comunicativo	57
3.	Apreciações críticas sobre os diversos conceitos de ação	57
3.1	Considerações iniciais.....	57
3.2	Críticas ao conceito causal naturalista de ação	59
3.3	Críticas ao conceito causal-neokantiano de ação.....	59
3.4	Críticas ao conceito de ação da escola de Kiel	60
3.5	Críticas ao conceito final de ação	60
3.6	Críticas ao conceito negativo de ação	63
3.7	Críticas ao conceito social de ação	63
3.8	Críticas ao conceito de ação de Claus Roxin	64
3.9	Críticas ao conceito de ação de Günther Jakobs	64
3.10	Críticas ao conceito de ação como agir comunicativo.....	65
4.	Tomada de posição	66
5.	Formas de omissão: própria e imprópria	68
5.1	Considerações iniciais.....	68
5.2	Critérios de diferenciação entre os delitos de omissão própria e os de omissão imprópria	71
5.2.1	Critério normológico	71
5.2.2	Critério tipológico	71
5.2.3	Critério tradicional.....	72
6.	A omissão no Direito penal comparado	73
6.1	A omissão no Direito penal português.....	74
6.2	A omissão no Direito penal alemão.....	78
6.3	A omissão no Direito penal espanhol	84
7.	A omissão no Direito penal brasileiro	87
7.1	Código Criminal do Império	87
7.2	Código Penal de 1890	88
7.3	Código Penal de 1940	89



7.4 Código Penal vigente	90
7.5 Posição doutrinária	91

Capítulo 2

RELAÇÃO DE CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA93

1. Considerações iniciais	93
2. Teorias jurídicas da causalidade	95
2.1 Teoria da equivalência das condições	95
2.1.1 A teoria da equivalência das condições no Direito brasileiro.....	97
2.1.2 Críticas à teoria da equivalência das condições	99
2.2 Teoria da causalidade adequada.....	102
2.2.1 Críticas à teoria da causalidade adequada.....	103
2.3 Teoria da relevância jurídica	105
2.3.1 Críticas à teoria da relevância jurídica	107
3. Outras teorias da causalidade	108
3.1 Teoria da condição mais eficaz	108
3.2 Teoria da causa eficiente.....	109
3.3 Teoria da causa próxima.....	109
3.4 Teoria da causa necessária.....	109
3.5 Reconstrução de Max Mayer	110
3.6 Teoria do equilíbrio de Karl Binding	110
3.7 Teoria da adequação ao tipo	110
3.8 Teoria da causalidade humana.....	111
3.9 Teoria da ação humana	111
4. A teoria da imputação objetiva.....	112
4.1 Considerações iniciais.....	112
4.2 Antecedentes	113
4.2.1 A teoria de Karl Larenz.....	114
4.2.2 A teoria de Richard Honig.....	115
4.3 A imputação objetiva na atualidade.....	117
4.3.1 A teoria de Claus Roxin	118
4.3.1.1 Diminuição do risco.....	119



4.3.1.2 Criação, ou não, de um risco juridicamente relevante	121
4.3.1.3 Incremento ou falta de aumento do risco permitido	123
4.3.1.4 Âmbito de proteção da norma	125
4.3.1.5 Criação do perigo e os cursos causais hipotéticos ..	126
4.3.1.6 O incremento do risco e as condutas alternativas conforme o direito	126
4.3.1.7 Consentimento da vítima.....	127
4.3.1.8 Autocolocação em risco	129
5. Tomada de posição	131

Capítulo 3

A OMISSÃO PRÓPRIA E A OMISSÃO IMPRÓPRIA: SITUAÇÃO ATUAL NA DOGMÁTICA JURÍDICA PENAL	135
1. Considerações iniciais	135
2. As correntes funcionalistas	136
2.1 Funcionalismo moderado	138
2.2 Funcionalismo radical	139
3. Conceito de omissão: tomada de posição	142
3.1 Revisita aos conceitos de omissão de Claus Roxin e Günther Jakobs.....	142
3.2 Opção pelo conceito de omissão de Claus Roxin e a possibilidade de agir	144
4. A tipicidade nos crimes omissivos	146
4.1 As formas de tipificação.....	146
4.1.1 O tipo de omissão própria.....	148
4.1.2 O tipo de omissão imprópria	149
4.1.3 Os garantidores na omissão.....	150



Capítulo 4

CRIMES OMISSIVOS E IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	153
1. Constatação sobre a existência de um fato	153
2. A causalidade nos delitos omissivos	154
2.1 Omissão própria.....	154
2.2 Omissão imprópria	156
3. Criação ou incremento do risco.....	158
3.1 O risco nas omissões próprias	158
3.1.1 Risco permitido.....	160
3.1.2 Autocolocação em risco.....	165
3.2 O risco nas omissões impróprias.....	166
3.2.1 Risco permitido.....	166
3.2.2. Autocolocação em risco.....	168
4. A omissão e o âmbito de proteção da norma.....	170
5. A omissão e o alcance do tipo.....	173
6. Últimas considerações.....	176
CONCLUSÕES.....	179
REFERÊNCIAS.....	183

